



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
– 1995/1999 –**

Nos dias dois e três de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, no Salão Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, realizou-se a Quadragésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. Iniciou-se a programação com uma visita às obras da Unidade de Produção de Imunobiológicos – Biomanguinhos. O Diretor **João Quental** recepcionou os presentes, registrando a satisfação da FIOCRUZ em receber os membros representantes do CNS. Explanou sobre a importância das obras do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos, que deverão estar concluídas em fevereiro de 1996, contribuindo para auto-suficiência e autonomia na produção de vacinas e reagentes para diagnóstico laboratorial, imprescindíveis aos Programas de Controle das Doenças Transmissíveis, formulados pelo Ministério da Saúde. **Item 01 – INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA DE MANGUINHOS DA FIOCRUZ** – A solenidade de inauguração contou com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Doutor **Adib Jatene**, os Ex-Ministros **Jamil Haddad**, **Borges da Silveira** e de outras autoridades. A biblioteca constitui o maior acervo na Área Biomédica, da América Latina, abrigando basicamente em 5600 m<sup>2</sup> de área construída, 500 mil volumes, 4864 periódicos, dos quais 1200 são estrangeiros e 32 mil livros, além de 500 títulos disponíveis na videoteca; está ligada à INTERNET e BIREME, contando também com um serviço de computação gráfica. **Item 02 – ABERTURA FORMAL DA REUNIÃO DO CONSELHO** – De volta ao Salão Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública, Doutora **Fabiola de Aguiar Nunes**, Coordenadora Geral do CNS, deu abertura a reunião. Compôs a mesa com o Senhor Ministro da Saúde, **Adib Jatene**, Secretário Executivo do MS, Doutor **José Carlos Seixas** e o Presidente da FIOCRUZ, Doutor **Carlos Médicis Morel**, tendo sugerido que cada Conselheiro posteriormente venha visitar as demais unidades da FIOCRUZ e recomenda o museu, pelo valioso acervo existente. Esclareceu que, em virtude da urgente necessidade da discussão sobre orçamento, a Reunião Extraordinária aprovou Moção nº 18, na qual se prevê a alteração da pauta desta reunião ordinária do CNS. A Conselheira **Luciana** enfatizou o empenho do Senhor Ministro para melhoria da Saúde e a importância do CNS continuar apoiando-o para que essa luta não se perca num vazio, solicitou recursos para o segmento que ela representa e registrou o desejo de ver concretizado o sonho da Escola Especial. **Item 03 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA E REFORMA DO ESTADO** – O Doutor **Carlos Médicis Morel** relator do tema, enfatizou o prazer em hospedar esta reunião nas unidades da FIOCRUZ. Iniciou sua exposição lembrando a mutação no mundo, moldado pelos micro-sistemas e computadores, gerando nova cultura e economia, enfocou a redefinição do papel do Estado, lembrou que os países que mais se desenvolveram, são aqueles que tem sistemas nacionais de inovação operante, com articulação correta entre governo, empresas, universidades e instituições em desenvolvimento, articulações internacionais tipo o MERCOSUL, que modificam o panorama da macro-economia. Falou da amplitude e abrangência da Ciência e Tecnologia, dos vários ciclos de pesquisas, e que estes devem estar dirigidos aos problemas de saúde. Relatou alguns modelos de ciência e tecnologia a nível internacional, destacando-se a potência americana, com ciclo altamente ativo e vários prêmios Nobel. Enfocou a importância das instâncias setoriais, reforçando a necessidade da Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia do MS. Chamou a atenção para a proposta de reforma do Estado, que está sendo levada ao Congresso Nacional pelo Ministro **Bresser Pereira**, reorganizando o Estado em quatro setores: núcleo estratégico, serviços monopolistas, serviços competitivos e produção para o mercado, com forma de administração burocrática no primeiro e gerencial nos demais. Afirmou que o SUS não pode se situar em um único setor deverá sim possuir instituições em todos os setores organizacionais propostos de acordo com a atuação de cada um, trazendo o SUS para uma nova perspectiva. Esclareceu que, o projeto objetiva tornar o estado mais eficaz na superação das desigualdades sociais e maior compromisso social. Destacou a FIOCRUZ pela integralidade institucional, caráter público e estatal, gestão democrática, participativa e pelo compromisso e controle social. Encerrou a exposição reforçando que é indispensável os contratos de gestão. Doutora **Fabiola** fraqueou a palavra. Doutor **José Carlos Seixas**, expôs que o Doutor **Morel** trouxe a realidade de uma história importante, que está embutida na FIOCRUZ, onde a Ciência e Tecnologia faz parte do

processo produtivo e do controle de infortúnios que abala a nação. Enfatizou a idéia de renovação do Estado, através de um procedimento democrático, participativo, criativo, inovador com chances de progresso em conjunto. Citou a experiência da FIOCRUZ que deve ser fundamentalmente divulgada, significando uma colocação importante não só para a ciência e tecnologia, mas também para o arcabouço de reforma de estado, destacando que não é possível desenvolvimento sem ciência e tecnologia, cumprimentou o Doutor Morel pela sistematização e pela experiência vivenciada por ele na FIOCRUZ. **Item 04 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DOS PARECERES SOBRE CENTROS DE PESQUISA** – Transferido para a próxima reunião ordinária. **Item 05 – RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INCLUINDO A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** – Doutora **Marília Bernardes**, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia - CICT, iniciou sua apresentação relatando que a CICT foi criada pela Resolução CNS nº 11, de 31 de outubro de 1991, composta por representantes de entidades de pós-graduação e pesquisa, Ministérios, CNI, ABIMO, Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Presidência da República e Instituto Lauro Souza Lima de São Paulo. Informou que a primeira reunião ocorreu em setembro de 1992, tendo realizado 19 reuniões no período. Fez encaminhamento de onze recomendações ao Plenário, destacando-se a referente alteração da Resolução nº 01/88, sobre credenciamento de Centros de Pesquisas em Saúde envolvendo seres humanos, participar da organização e realização da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia - ICNCTS, resultando na Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde - PNCTS e apoiou a criação da Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia no âmbito do Ministério da Saúde. Recomendou ampliação da capacidade operacional da Coordenação Geral do CNS, acesso a INTERNET pela sede do CNS e acompanhamento do processo de criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia pelo CNS. Sobre a reorganização da CICT, fez as seguintes recomendações: criação de um núcleo executivo permanente, com função gerencial e operacional, constituindo uma comissão assessora da SCT, integrada pelos representantes dos órgãos de governo envolvidos com a condução da PNCTS; um núcleo móvel, para demandas técnicas específicas da SCT e do CNS; e um núcleo pleno, para análise e acompanhamento do plano atual de trabalho da SCT. Encerrou sua exposição passando a palavra ao Doutor **Roque Monteleone**, Coordenador da Área de Ciência e Tecnologia. O Doutor **Roque** comentou sobre a recomendação da ICNCTS quanto à criação da Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia, solicitando ao CNS contribuições para aprimoramento da proposta, informou que a proposta já foi encaminhada ao Senhor Ministro e à Secretaria Executiva com cópia a todos os Conselheiros. A Conselheira **Maria Angélica** sugeriu como ponto de pauta para próxima reunião, uma discussão mais ampla sobre Ciência e Tecnologia. O Conselheiro **Dellape** questionou quanto à criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia no Ministério da Saúde, a composição técnica da Coordenação Geral do CNS e solicitou um advogado para o CNS. O Doutor **Morel** fez uso da palavra agradecendo as sugestões e colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. Doutora **Fabíola** esclareceu que logo após a exposição do relatório da Comissão, seriam retomadas as discussões sobre orçamento, ficando os demais itens da pauta para a próxima reunião ordinária. Foi retomada a discussão sobre a questão orçamentária. Preliminarmente foi apresentado ao Plenário um modelo de resolução que resguardasse a integralidade da discussão realizada na Reunião Extraordinária e assegurasse a consolidação das novas deliberações, à medida em que fossem sendo tomadas pelo Plenário. O Conselheiro **Olímpio** ficou encarregado de fazer o registro das decisões a medida em que fossem sendo tomadas pelo Plenário. A proposta de formato de resolução foi apresentada pelo Professor **Elias Jorge**, representante do CNS junto ao Conselho Nacional de Seguridade Social – CNSS, e aprovada por unanimidade. Rememorou-se então o conjunto de itens da Resolução já aprovada na Reunião Extraordinária: **I-** Acatamento das sugestões da Comissão de Análise; **II-** Pressupostos para aprovação da Proposta Orçamentária para 1996; **III-** Marcos referenciais para discussão da proposta; **IV-** Reestruturação da Comissão de Acompanhamento Orçamentário; e **V-** Definição de valores, em Reais, para os itens Globais Orçamentários: Pessoal - R\$ 4.138.012.942,00; Dívida - R\$ 642.765.464,00; INAN - R\$ 36.452.363,00 e CEME - R\$ 1.226.244.000,00. Reiniciou-se então a discussão do item V, da Resolução com o remanejamento de 40 milhões no orçamento da CEME do item Aquisição de Medicamentos para o item Outros Programas, conforme proposta detalhada pelo Conselheiro **Carlyle**. Para discussão da FIOCRUZ, interrompida na Reunião Extraordinária, foi apresentada nova planilha com re-arranjo relativo as funcionais programáticas e nova denominação dos sub-itens orçamentários, sendo mantida pelo Plenário a dotação global de R\$ 194.382.400,00, que será detalhada no corpo da Resolução em seu item V. Passou-se então à discussão da Unidade Orçamentária Fundo Nacional de Saúde – FNS, tendo sido mantido pelo Plenário o valor global proposto pela área técnica de R\$ 12.473.013.047,00, com remanejamento e observações que integram a Resolução. Finalmente foi discutida a Unidade Orçamentária Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, ficando ao final da discussão aprovada a dotação global desta em R\$ 2.274.755.217,00, sendo que o detalhamento e as observações, integram a Resolução. Ao se encerrar

o item V da Resolução, o valor global do orçamento do Ministério da Saúde para 1996, ficou em R\$ 20.985.625.433,00. Passou então o Plenário a deliberar sobre os demais itens integrantes da Resolução: **VI- Recomendação de Convênio com a ENSP/FIOCRUZ**, para desenvolvimento de sistema de Avaliação de Execução Orçamentária. **VII- Determinação à Comissão de Acompanhamento de CNS** que priorize entre suas atividades, os contatos com a equipe encarregada de elaborar o Sistema de Avaliação. **VIII- Recomendação de Aviso Ministerial específico sobre o orçamento 1996** aprovado pelo CNS. **IX- Sugestão de incorporar no aviso, alternativas para uso da Reserva de Contingência** e finalmente o item **X- Considerar no Acompanhamento do Processo Orçamentário** outras observações e recomendações constantes da ata. Ficou assim composta a Resolução nº 161 do Conselho Nacional de Saúde, aprovada pelo Plenário. Foi autorizado pelo Plenário, que a Comissão desse forma à Resolução nº 161 para apresentação em tempo hábil ao CNSS em 04 de agosto de 1995 e fizesse os ajustes redacionais necessários. Foram registradas ainda as seguintes ponderações: Conselheiro **Albuquerque** manifestou ao Plenário do CNS e à Mesa satisfação pela experiência inédita do processo de discussão do orçamento, pede para incluir em ata que a partir de novembro/95 se comece a discutir prioridades do orçamento para o próximo ano, trabalhando seis itens: **1- Educação para Saúde; 2- Saneamento Básico, definindo parcerias; 3- Alimentação, definindo parcerias, 4- Prevenção, 5- Assistência à Saúde, e 6- Projetos Especiais.** Conselheira **Zilda Arns** solicitou que se torne público os processos de licitação, aquisição e distribuição de medicamento no âmbito da CEME, através de divulgação junto aos estados e municípios. Os Conselheiros **Guedes, Angélica, José Alberto e Piola apontaram** a necessidade de avaliar os objetivos, a efetividade social, a cobertura e o impacto de Programas de Suplementação Alimentar, como por exemplo, do Programa do Leite. Conselheiros **Zilda Arns, Luciana, Conceição e Guedes** – Recomendaram estudar a situação de inserção do INAN na estrutura do MS, sua extinção ou fortalecimento absorvendo as atividades de programas de Suplementação Alimentar, sob a ótica da descentralização e que sua operacionalização não seja objeto das distorções da utilização política. Conselheiro **Carlyle** propôs incluir a divulgação das ações de Assistência Farmacêutica nas campanhas dos programas do Ministério da Saúde, que utilizam os medicamentos da CEME. Conselheira **Luciana** abordou também a necessidade do MS realizar campanha de esclarecimento à população acerca das paralisias cerebrais. Conselheiro **Gilson Cantarino** comentou sobre necessidade de se rever o tratamento privilegiado das unidades do MS, que estão fora da gestão hospitalar Municipal e estadual e do sistema de faturamento SAS/SIH/SVS. Conselheiro **Albuquerque** esclareceu sobre a importância social e a finalidade dos serviços prestados pelo Grupo Hospitalar Conceição, salientando a sua condição de Sociedade Anônima, os seu bom desempenho administrativo, inclusive esclarecendo que a proposta constante do orçamento cobre exclusivamente os salários, portanto, deve ser mantida. Solicitou ainda aumento para o orçamento dos hospitais próprios, incluindo entre eles, o Hospital Presidente Vargas de Porto Alegre, devolvido ao Ministério da Saúde pelo Ministério da Educação e do Desporto – MED, no final de 1994. O Secretário Executivo do MS comprometeu-se em avaliar contrato de gestão da Associação das Pioneiras Sociais. Conselheiro **Olympio** propôs que se constitua uma Comissão para estudar a situação do Grupo Hospitalar Conceição face aos questionamentos quanto ao montante de recursos alocados e a posição daquela unidade hospitalar. Conselheiras **Zilda Arns e Margareth** questionaram a redução do montante de recursos destinados aos Programas Assistenciais da SAS e a ausência de metas programadas na área de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. Em seguida foram colocados alguns pontos de pauta para a próxima reunião ordinária: Conselheiro **Gilson Cantarino** – Resultado do 11º Encontro do CONASENS, em Maceió-AL; a Conselheira **Margareth** solicitou a convocação da Coordenação da Área de Comunicação Social do MS para explanação sobre todas as campanhas de divulgação. O Conselheiro **Omlton** solicitou que fosse convocado o senhor Secretário de Vigilância Sanitária para falar sobre o funcionamento da Secretaria, e conforme Moção nº 18 deste CNS, que mantém os itens de pauta que não foram abordados nesta reunião, passe a compor a pauta da próxima reunião ordinária. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Oswaldo Lourenço, Carlyle Guerra de Macedo, Júlio Bierrenbach, Nilzo Ribeiro, Regina Barata Pinheiro, Luciana S. Parisi, Gastão Antônio Cosate Tavares, Oraida Maria de A. G. dos Santos, Ruy Gallart de Menezes, Diógenes Sandin Martins, Tânia Maria de Paula Lyra, Neide Barrigelli, José Alberto Hermógenes, Zilda Arns Neumann, Edison Keiji Yamamoto, Omlton Visconde, Olímpio Távora, Francisco Ubiratan Dellape, Augusto Alves de Amorim, Maria da Conceição Dias Silva, Ivaneck Perez Alves, Margareth Arilha, Artur Custódio, Maria Cecília Minayo, William Saad, Gilson Cantarino, Sérgio Piola, Eduardo Mota, Maria Angélica Gomes, Maria Cecília Chiocca M. Pinto, Carlos César Silva de Albuquerque. FIM.**